Projeto de Lei nº 586, de 2019

Iniciativa: Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR)

Ementa:

Altera a Lei nº 7.713, de 22 dezembro de 1988, para isentar do imposto de renda das pessoas físicas os rendimentos correspondentes a honorários por serviços prestados ao Sistema Único de Saúde por profissionais de saúde.

Explicação da Ementa:

Isenta do imposto de renda os valores recebidos pelos profissionais de saúde pela prestação de serviços ao SUS.

Assunto: Economia e Desenvolvimento - Tributos**Data de Leitura:** 11/02/2019

Tramitação encerrada

Decisão: Arquivada ao final da Legislatura (art.**Último local:** 22/12/2022 - Plenário do Senado Federal (Secretaria Legislativa do Senado Federal)**Destino:** Ao arquivo**Último estado:** 22/12/2022 - ARQUIVADA AO FINAL DA LEGISLATURA

Despacho:

11/02/2019

Leitura da Matéria

Análise - Tramitação sucessiva, Instrução da matéria

(SF-CAS) Comissão de Assuntos Sociais

(SF-CAE) Comissão de Assuntos Econômicos

Relatoria:

CAS - (Comissão de Assuntos Sociais)

Relator(es):

Senador Confúcio Moura (encerrado em 25/02/2019 - Redistribuição)

Senadora Mara Gabrilli (encerrado em 02/09/2021 - Redistribuição)

Senador Nelsinho Trad (encerrado em 20/06/2022 - Redistribuição)

TRAMITAÇÃO

22/12/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: ARQUIVADA AO FINAL DA LEGISLATURA**Ação:** A proposição é arquivada ao final da legislatura, nos termos do caput do art. 332 do Regimento Interno.

22/12/2022 CAS - Comissão de Assuntos Sociais

Ação: Encaminhada à SGM para providências relativas ao final de legislatura.

20/06/2022 CAS - Comissão de Assuntos Sociais

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR**Ação:** Devolvido pelo Senador Nelsinho Trad, para redistribuição.

TRAMITAÇÃO

14/06/2022 CAS - Comissão de Assuntos Sociais

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Redistribuído ao Senador Nelsinho Trad, para emitir relatório.

02/09/2021 CAS - Comissão de Assuntos Sociais

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Devolvido pela Senadora Mara Gabrilli, para redistribuição.

13/03/2019 CAS - Comissão de Assuntos Sociais

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Redistribuído à Senadora Mara Gabrilli, para emitir relatório.

25/02/2019 CAS - Comissão de Assuntos Sociais

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Devolvido pelo Senador Confúcio Moura, para redistribuição.

21/02/2019 CAS - Comissão de Assuntos Sociais

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído ao Senador Confúcio Moura, para emitir relatório.
O processado da matéria permanecerá na Secretaria da Comissão, conforme o art. 6º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 4, de 2015.

20/02/2019 CAS - Comissão de Assuntos Sociais

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Matéria aguardando designação de Relatoria.

11/02/2019 CAS - Comissão de Assuntos Sociais

Ação: Recebido nesta data, na Secretaria da Comissão de Assuntos Sociais.

Prazo para apresentação de emendas:

Primeiro dia: 13/02/2019.

Último dia: 19/02/2019.

11/02/2019 SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Encaminhado à publicação.

Às CAS e CAE, cabendo à última a decisão terminativa.

Publicado no DSF Páginas 121 - DSF nº 9

Publicado no DSF Páginas 117-120 - DSF nº 9

TRAMITAÇÃO

11/02/2019 CAS - Comissão de Assuntos Sociais

Ação: Prazo: Apresentação de Emendas a projeto terminativo em Comissão (Art. 122, II, "c", do RISF). De 13/02/2019 a 19/02/2019. Perante a CAS.

11/02/2019 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Leitura da matéria na sessão do SF nº4, em 11/02/2019.

DOCUMENTOS

PL 586/2019

Data: 05/02/2019

Autor: Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR)

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 7.713, de 22 dezembro de 1988, para isentar do imposto de renda das pessoas físicas os rendimentos correspondentes a honorários por serviços prestados ao Sistema Único de Saúde por profissionais de saúde.

Avulso inicial da matéria

Data: 11/02/2019

Autor: Senado Federal

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Encaminhado à publicação.
Às CAS e CAE, cabendo à última a decisão terminativa.

Descrição/Ementa: -